



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 123486 - RJ (2020/0026515-5)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : HENRIQUE MINEIRO MORAES DA SILVA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EMENTA

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. FURTO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. QUESTÃO NÃO EXAMINADA NA ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE.
Recurso em *habeas corpus* não conhecido.

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por **Henrique Mineiro Moraes da Silva** contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que denegou a ordem no *writ* originariamente impetrado (HC n. 0072482-77.2019.8.19.0000), pelos fundamentos sintetizados na seguinte ementa (fl. 35):

HABEAS CORPUS. CRIME DE FURTO. Impetração objetivando o trancamento do inquérito policial ou da ação penal, em observância ao princípio da bagatela. Pleiteia a concessão da liminar, para que seja relaxada a prisão ilegal ou revogada, caso instaurada a ação penal, permanecendo o Paciente em liberdade até o julgamento do *writ*. O trancamento da ação penal é medida extrema, quando patente a ausência de elementos mínimos de indicação da conduta típica, prevalecendo, na fase em que se encontra o processo, o princípio *in dubio pro societate*. Incabível o acolhimento da impetração para trancamento do inquérito ou ação penal pela via estreita do *writ*, pois, por óbvio, não se pode antecipar qual será o julgado do Magistrado sentenciante. Portanto, tem-se que incabível a via eleita, na qual somente é possível proceder-se a um controle de legalidade da decisão atacada.

DENEGAÇÃO DA ORDEM.

Alega-se que a Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça fluminense comete flagrante ilegalidade ao não reconhecer a possibilidade de aplicação do princípio da bagatela para o trancamento de ações penais.

Afirma-se ser evidente que o princípio da insignificância tem aplicação em nossa ordem jurídica, mormente em situações como a que é tratada nestes autos (fl. 51).

Assevera-se a necessidade de aplicação do referido princípio para o trancamento da ação penal, na medida em que *a acusação que pesa em desfavor do recorrente é o furto de 10 metros de fio elétrico*, conduta que *não produziu qualquer lesão relevante ao ponto de justificar a mobilização do processo-crime* (fl. 53).

Pleiteia-se, assim, o trancamento da ação penal, *reconhecendo-se a aplicação da bagatela no caso concreto* (fl. 53).

Dispensadas as informações, o Ministério Público Federal, em parecer exarado pelo Subprocurador-Geral da República Francisco de Assis Vieira Sanseverino, manifestou-se pelo desprovimento do recurso.

É o relatório.

O recurso não comporta sequer ser conhecido.

Com efeito, na hipótese, o Tribunal *a quo* não se manifestou a respeito da questão suscitada - trancamento da ação penal -, porquanto o pleito nem sequer foi submetido ao Juízo de primeiro grau.

Confira-se o seguinte excerto do acórdão recorrido (fl. 37):

Não merece prosperar a pretensão deduzida para trancamento do inquérito ou ação penal pela via estreita do *writ*, pois, por óbvio, não se pode antecipar qual será o julgado do Magistrado sentenciante.

Portanto, tem-se que incabível na via eleita, na qual somente é possível proceder-se a um controle de legalidade da decisão atacada.

Assim, a comprovação dos fatos, por se tratar de mérito, deve ser discutida na própria ação penal.

Segundo o Ministério Público estadual, em parecer apresentado na origem, até aquele momento, a denúncia nem sequer havia sido oferecida (fl. 22):

Destacamos, de forma preliminar, que pelos documentos acostados aos autos, em especial as informações prestadas pela autoridade apontada como coatora, que a impetração do *writ* é, no mínimo, precipitada, uma vez que o paciente já está em liberdade e, até o momento sequer foi formada a *opinio delicti* pelo membro do Ministério Público. Sendo assim, a análise do pedido por esta Egrégia Corte importaria em indevida supressão de instância [...]

Diante desse cenário, a *quaestio iuris* apresentada não pode ser dirimida por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator